

162 Estrangeiros são discriminados e enfrentam exploração em SP

Jovem boliviano que viveu decepção com sonho de bom emprego é exemplo no Brasil

Juan (o nome é fictício) mora num albergue na baixada do Glicério, em São Paulo. Sua mãe pensa que ele reparte um apartamento com outros rapazes no Brasil. Segundo as cartas que ela recebe em La Paz, capital da Bolívia, onde mora com outros três filhos, o Brasil tem sido generoso com seu primogênito. "Não tenho coragem de contar para minha família o que estou passando", diz Juan, de 21 anos. "Para que mandar notícia ruim?"

Nascido na Bolívia, Juan chegou a São Paulo há seis meses. Havia terminado o colegial e resolveu, como tantos de seus amigos, conferir as chances profissionais no coração financeiro da América Latina. Da rodoviária, foi direto para o Largo do Pari, parada obrigatória para as dezenas de bolivianos que chegam todo mês à Capital. Ali, logo arrumou um emprego, numa oficina de costura. Teria casa, comida e receberia R\$ 0,10 centavos por peça costurada. Aceitou imediatamente.

Ao se instalar na oficina, descobriu que a casa não passava de uma cama num alojamento com mais uma dezena de rapazes. A comida era arroz feijão e ovo e o salário simplesmente não existia. "Fui enganado", queixa-se o boliviano, que tem a receber R\$ 700,00 do primeiro patrão, mas não tem como cobrar. Temendo represálias, não quis revelar seu nome.

Discriminação — A história de Juan se repete diariamente e não é apenas a saga de bolivianos. Centenas de imigrantes chegam todo ano ao País e enfrentam discriminação e exploração, por viver ou trabalhar na ilegalidade. A maioria vem de países

onde as condições são piores do que no Brasil. Segundo Ruth Miriam Kadluba, advogada da Pastoral Latino-Americana, na década de 60 e 70 chegaram ao Brasil levadas de refugiados políticos de outras ditaduras latino-americanas. Nos anos 80 e 90, predominam os bolivianos, pela situação econômica do país. Ninguém sabe ao certo quantos são no Brasil. Aqui, acabam explorados por outros bolivianos, já estabelecidos financeiramente.

Em defesa dos estrangeiros maltratados no País, e dos brasileiros maltratados no Exterior, o Programa Nacional dos Direitos Humanos propõe a curto prazo (um ano) medidas para impedir e punir a violência e discriminação. Mas por enquanto só foi encaminhado um outro projeto de lei, também medida de curto prazo, do qual Juan não vai se beneficiar: o cumprimento da convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, definida pelas Nações Unidas em 1951 e assinada pelo Brasil em 1960.

De acordo com o advogado José Henrique Andrade, oficial de proteção do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), existem hoje no Brasil 2 mil expatriados, de 40 nacionalidades. Do total, quase 90% vêm da África, e 1,2 mil de Angola. É refugiado o estrangeiro perseguido em seu país por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas.

Depois que procura o Acnur, um refugiado consegue regularizar sua situação no País num prazo de seis a nove meses. Enquanto espera, recebe uma ajuda de R\$ 110 por mês. A ONU é quem cuida hoje das entrevistas e avaliação dos casos. Quando se trata de um refugiado, encaminha pedido de documentação ao governo brasileiro. "Com o estatuto, isso passa a ser da responsabilidade do governo", explica Andrade. Para ele, o ideal é que seja instituída uma comissão para avaliar os casos, como prevê o projeto de lei enviado ao Congresso.

Integração — De acordo com Andrade, o fim da ditadura e da guerra fria contribuíram para o aumento de refugiados. "Hoje eles vêm massivamente." Com isso, explica, "o governo brasileiro vai ter de se envolver mais."

A integração do refugiado na sociedade é o passo seguinte, e talvez o mais difícil. Hoje entidades não-governamentais fazem esse

trabalho. Mas na hora de arrumar emprego, eles estão sujeitos às mesmas condições que qualquer brasileiro e à competição dos refugiados econômicos.

Esses últimos aguardam outro projeto, recomendado no Plano de Direitos Humanos como uma medida de longo prazo: a anistia aos estrangeiros em situação irregular no País. (R.K.)



**DISCRIMINAÇÃO
CONTRA OS
ESTRANGEIROS**

**PAÍS TEM
HOJE CERCA DE
2 MIL
EXPATRIADOS**

Leia na edição de domingo

Continuação da série de reportagens sobre os direitos humanos no Brasil mostra a violência contra os índios e os negros e o trabalho escravo